



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

301

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0003064-94.2012.8.17.0730 (0328349-6)

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

PROCURADOR: KARLA PATRÍCIA C. C. DE VASCONCELOS CORREIA

RECORRIDO: SEVERINO RAMOS DA SILVA

ADVOGADO: LUCIANO DURAND RÊGO OAB/PE 28.128

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. MUNICÍPIO DE IPOJUCA. CONTRATOS TEMPORÁRIOS. GUARDAS MUNICIPAIS. PERCEPÇÃO DE HORAS EXTRAS. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. DIREITOS SOCIAIS. ART. 7º DO TEXTO CONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo Município de Ipojuca contra decisão terminativa (fls. 215/216-v) desta Relatoria que, considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça acerca da matéria, negou seguimento à apelação, mantendo-se integralmente a sentença de fls. 186/187.
- De proêmio, o recorrente defende a legalidade da dispensa do requerente da função temporária para a qual foi contratado pela Edilidade. Adiante, sustenta que a relação de trabalho pactuada entre as partes era regida pela legislação publicista, de direito administrativo, e que o contrato firmado dispunha que, qualquer que fosse a causa de extinção da avença, o contratante estaria isento de quaisquer ônus dela decorrentes, de qualquer origem, inclusive o pagamento de parcelas indenizatórias ou rescisórias.
- Faz referência ao Estatuto dos Servidores do Município de Ipojuca (Lei nº 1.494/2008), que prevê a duração máxima do trabalho de 30 (trinta) horas semanais, ressaltando, todavia, que tal situação não se aplica às hipóteses de adoção do regime de compensação de 12x36. Refere-se, ainda, à Lei nº 1.439/2006, regulamento que disciplina os guardas municipais, que dispõe ser o vencimento/hora destes de 120 (cento e vinte) horas ao mês por 60 (sessenta) horas de repouso semanal remunerado. Desse modo, defende que a carga horária dos guardas municipais contratados de forma temporária é respeitada, pois o regime é de compensação de 12x36. Aduz que o recorrido não fez qualquer prova de que as supostas horas extras laboradas não foram pagas, em afronta o art. 333, inciso I do CPC. Outrossim, afirma que em decisão monocrática o Relator Substituto entendeu que a municipalidade não logrou êxito em comprovar a existência de uma norma legal que admitisse o regime de compensação 12x36 aos guardas municipais contratados temporariamente. Todavia, sustenta que, apesar do magistrado não estar obrigado a conhecer a legislação municipal, as partes somente necessitam fazer prova dessas normas quando assim exigidas, conforme determinação do art. 337 do CPC, fato não ocorrido no caso dos autos.
- PASSO A DECIDIR. De proêmio, insta destacar, quanto à alegação de descumprimento do disposto no art. 337 do CPC por parte desta Relatoria, que a decisão terminativa combatida não faz qualquer referência à ausência de comprovação, por parte da Municipalidade, no que diz respeito à vigência de lei municipal que admite o regime de compensação 12x36 aos guardas municipais contratados temporariamente.
- No mais, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos: "Cuida-se de recurso de apelação interposto em face de sentença, proferida pelo MM Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública e Marítima do Município de Ipojuca que, nos autos da Ação de Cobrança tombada sob o n.º 0003064-94.2012.8.17.0730, julgou parcialmente procedente o pedido do autor para condenar o Município de Ipojuca a indenizá-lo pelas horas extraordinárias às contratadas (conforme anotação na folha de ponto), descontadas indenizações pagas administrativamente, bem como a restituir



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

todos os valores descontados sob a rubrica de doações ao IMIP, Hospital do Câncer e Conselho de Pastores, valores acrescidos de correção monetária e juros de 0,5% ao mês, e verba de sucumbência (cf. fls. 186/187).

- Em suas razões de apelo às fls. 190/205, alega o Município que o contrato temporário firmado à época com a Administração Pública estava definido pelas Leis Municipais nº 1.400/2004 e 1.514/2008, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 02/2010, a qual veda o pagamento das horas extraordinárias, exceto se autorizadas pelo Prefeito.
- Defende ainda que o autor/apelado não faz jus ao adicional por serviço extraordinário, inicialmente por ser a jornada máxima de trabalho estabelecida no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 30 (trinta) horas semanais, não sendo aplicado aos casos de adoção do regime de compensação de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso), ou outro definido em regulamento, respeitando o limite semanal de 44(quarenta e quatro) horas.
- Ressalta também que os guardas municipais estão disciplinados pela Lei nº 1.439/06, a qual estabelece que o horário é de 120(cento e vinte) horas ao mês por 60(sessenta) horas de repouso semanal remunerado.
- Alega não caber qualquer verba indenizatória ao ex-servidor, pois todas as parcelas devidas foram pagas.
- Quanto à restituição das contribuições do Hospital do Câncer, IMIP e Conselho de Pastores, afirma que o regime jurídico dinâmico do contrato administrativo permite que a Administração o modifique unilateralmente, sem depender de consentimento do particular, e que os descontos aconteceram com a devida autorização do autor, que poderia ter optado por deixar de efetuar as doações.
- Ausente contrarrazões, conforme se infere da certidão de fls. 208-v. Ausente parecer da Douta Procuradoria de Justiça Civil, em razão de manifestações anteriores, em processos análogos, pela não intervenção ministerial.
- É o Relatório. Decido. A demanda remete à percepção de verbas devidas pelo apelante/Município de Ipojuca, sendo o apelado servidor contratado temporariamente, que alega não ter percebido verbas referentes às horas extras no período contratual laborado. Consoante certidão anexa (cf. fl. 48), o autor/apelado foi contratado pelo Município de Ipojuca para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, desempenhando a função de Guarda Municipal (3ª classe) de 01/08/2006 a 31/03/2011. Pois bem, à vista do que foi anexado aos autos, observo que o vínculo funcional mantido entre o Município/apelante e o apelado foi regido por normas de Direito Administrativo.
- A Constituição Federal prevê, na norma do art. 37, inciso IX, a possibilidade de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante lei autorizadora, com o objetivo de suprir necessidades emergenciais da Administração Pública, sendo excepcionalmente dispensada a realização do concurso público. Conforme assente na jurisprudência sustentada pelos Tribunais Pátrios, independente do disposto na lei municipal que regula o regime jurídico, é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Neste sentido, ver: STF, RE 287.905, rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 30.6.2006, bem como os seguintes julgados deste Tribunal: TJPE, AC 0280726-7, rel. Des. Francisco Bandeira Mello, 2ª Câmara de Direito Público, Julgado em 13.09.2012, TJPE, APELREEX 0276743-9, rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 2ª Câmara de Direito Público, Julgado em 09.08.2012. Acresço também, os reiterados precedentes desta Câmara Julgadora especializada no mesmo sentido. Confira-se: Recurso de Agravo nº 0296465-6; Recurso de Agravo na Apelação nº 0291119-9; Recurso de Agravo na Apelação nº 0292392-2; Recurso de Agravo na Apelação nº 0292873-2, julgados em 07/03/2013.
- Desta feita, cumprindo jornada superior à pactuada inicialmente no contrato de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

302

trabalho, deve-se reconhecer ao servidor temporário o direito ao recebimento de valores referentes às horas extras. O servidor público contratado em caráter emergencial e temporário mantém relação de natureza administrativa com a Administração, motivo pelo qual não faz jus à percepção de verbas indenizatórias próprias de contrato de trabalho regido pela CLT, mesmo que por contrato temporário com prazo excedido. O direito ao adicional de hora extra é de índole constitucional, consistindo em direito fundamental do trabalhador sobrecarregado com trabalho excedente à jornada regular, de modo que a legislação infraconstitucional não pode afastar seu cabimento.

- In casu, o Município confirma que o autor/apelado foi contratado para cumprir jornada mensal de 120 (cento e vinte) horas, mas foi submetido a regime de compensação de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso), o que por si só supera a carga horária contratada. Em razão do exposto, forçoso reconhecer a obrigação do Município de Ipojuca de pagar ao autor/apelado as verbas devidas a título de horas extras, uma vez que comprovada a relação laboral com o ente público, caberia ao Município, para fins de se desincumbir da obrigação, demonstrar que efetuou o pagamento de todo o valor perseguido, ou a ausência da contraprestação do serviço extraordinário. Não tendo logrado êxito em comprovar a adimplência *in totum*, eis que "a ficha financeira apresentada demonstra apenas pagamentos esporádicos de horas, desrespeitando o efetivo serviço prestado" (fls. 54/58), mostra-se devida a condenação neste sentido. Advirta-se que o não pagamento de tais verbas implica, em última análise, verdadeira afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, da vedação ao enriquecimento ilícito e da moralidade administrativa.
- Quanto aos descontos de contribuições referentes ao Hospital do Câncer, ao IMIP e ao Conselho de Pastores, inexistente prova nos autos de que o apelado os tenha autorizado em seu contracheque, razão pela qual tais abatimentos são ilegais, restando patente o seu direito à restituição.
- Posto isso, e considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça, NEGO SEGUIMENTO ao presente Recurso de Apelação, com esteio no art. 557, caput, do CPC".
- Diante de todo exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação nº 0328349-6.
- Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo em Apelação nº 0328349-6, em que figura como agravante o MUNICÍPIO DE IPOJUCA e como agravado SEVERINO RAMOS DA SILVA

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo.

Recife, 27 de Maio de 2014

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

303

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0003064-94.2012.8.17.0730 (0328349-6)

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

RECORRIDO: SEVERINO RAMOS DA SILVA

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo Município de Ipojuca contra decisão terminativa (fls. 215/216-v) desta Relatoria que, considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça acerca da matéria, negou seguimento à apelação, mantendo-se integralmente a sentença de fls. 186/187.

De proêmio, o recorrente defende a legalidade da dispensa do requerente da função temporária para a qual foi contratado pela Edilidade.

Adiante, sustenta que a relação de trabalho pactuada entre as partes era regida pela legislação publicista, de direito administrativo, e que o contrato firmado dispunha que, qualquer que fosse a causa de extinção da avença, o contratante estaria isento de quaisquer ônus dela decorrentes, de qualquer origem, inclusive o pagamento de parcelas indenizatórias ou rescisórias.

Faz referência ao Estatuto dos Servidores do Município de Ipojuca (Lei nº 1.494/2008), que prevê a duração máxima do trabalho de 30 (trinta) horas semanais, ressaltando, todavia, que tal situação não se aplica às hipóteses de adoção do regime de compensação de 12x36.

Refere-se, ainda, à Lei nº 1.439/2006, regulamento que disciplina os guardas municipais, que dispõe ser o vencimento/hora destes de 120 (cento e vinte) horas ao mês por 60 (sessenta) horas de repouso semanal remunerado. Desse modo, defende que a carga horária dos guardas municipais contratados de forma temporária é respeitada, pois o regime é de compensação de 12x36.

Aduz que o recorrido não fez qualquer prova de que as supostas horas extras laboradas não foram pagas, em afronta o art. 333, inciso I do CPC.

Outrossim, afirma que em decisão monocrática o Relator Substituto entendeu que a municipalidade não logrou êxito em comprovar a existência de uma norma legal que admitisse o regime de compensação 12x36 aos guardas municipais contratados temporariamente. Todavia, sustenta que, apesar do magistrado não estar obrigado a conhecer a legislação municipal, as partes somente necessitam fazer prova dessas normas quando assim exigidas, conforme determinação do art. 337 do CPC, fato não ocorrido no caso dos autos.

Por derradeiro, requer a retratação desta Relatoria, e na sua impossibilidade, o provimento do recurso, a fim de reformar-se a sentença combatida.

VOTO

De proêmio, insta destacar, quanto à alegação de descumprimento do disposto no art. 337 do CPC por parte desta Relatoria, que a decisão terminativa combatida **não** faz qualquer referência à ausência de comprovação, por parte da Municipalidade, no que diz respeito à vigência de lei municipal que admite o regime de compensação 12x36 aos guardas municipais contratados temporariamente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

No mais, não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 215/216-v):

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível nº 0328349-6.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator